

Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.

CNPJ/MF nº 13.382.604/0001-91



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
		Não auditado		
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.586	1.937	242.478
Disponibilidade da rede elétrica	6			30.687
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	2		2
Outros tributos compensáveis	7	12.469		17.506
Dividendos a receber	18	61.168		
Estoques				1.671
Cauções e depósitos vinculados	12			9.614
Ativos da concessão	13			206.919
Outros créditos	10	1.618		11.028
Total do Ativo Circulante		101.843	1.937	519.905
Não circulante				
Tributos diferidos	8	63.984	549	63.984
Cauções e depósitos vinculados	12			2.644
Ativos da concessão	13			1.283.954
Outros créditos	10			333
		63.984	549	1.350.915
Investimentos	14	2.180.115		532
Propriedades para investimentos	19			52.487
Imobilizado	15	2.931	24	10.388
Intangível	16			1.009.987
		2.183.046	24	1.073.394
Total do Ativo Não circulante		2.247.030	573	2.424.309
TOTAL DO ATIVO		2.348.873	2.510	2.944.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
		Não auditado		
Receitas	26	-	-	389.194
Custo do serviço de energia elétrica	28	-	-	(51.336)
Custo de operação				(101.383)
Custo do serviço prestado a terceiros				(152.719)
				236.475
Lucro bruto				(285)
Despesas e Receitas operacionais	28		(1.614)	(59.806)
Despesas com vendas		(1.435)	(1.614)	(7.421)
Despesas gerais e administrativas		(6.295)		(67.512)
Outras despesas e receitas operacionais		(7.730)		
Resultado das participações societárias	14	137.032		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		129.302	(1.614)	168.963
Resultado financeiro	29			
Receitas financeiras		81.209		103.832
Despesas financeiras		(332.074)		(342.706)
		(250.865)		(238.874)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(121.563)	(1.614)	(69.911)
Tributos sobre o lucro	30			
Imposto de renda e contribuição social correntes		63.435	549	22.389
Imposto de renda e contribuição social diferidos		63.435	549	11.790
		(58.128)	(1.065)	(58.121)
Resultado líquido do exercício		(58.128)	(1.065)	(58.121)
Atribuível aos acionistas controladores		(58.128)	(1.065)	(58.121)
Atribuível aos acionistas não controladores				7
Resultado por ação atribuível aos acionistas	31			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		(5.813)	(107)	(5.813)
ON				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
		Não auditado		
Geração do valor adicionado		(63)		461.052
Recíta operacional				171.138
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(285)
Recíta de Construção				120.751
Atualização dos Ativos da concessão				159.555
Outras receitas		(63)		9.893
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(7.632)	(1.603)	(128.174)
Materiais		(323)		(2.224)
Serviços de terceiros		(1.071)	(1.600)	(15.168)
Custo com construção da infraestrutura				(101.383)
Outros custos operacionais		(6.238)	(3)	(9.399)
Valor adicionado bruto		(7.695)	(1.603)	332.878
Retenções				(43.213)
Depreciações e amortizações		(586)		(43.213)
Valor adicionado líquido produzido		(8.281)	(1.603)	289.665
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		88.333		112.064
Resultado da equivalência patrimonial		137.032		
Valor adicionado total a distribuir		217.084	(1.603)	401.729
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				32.457
Remuneração direta				4.433
Benefícios		13		6.359
FGTS				
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		(56.311)	(549)	72.433
Estaduais		4		221
Municipais				732
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros		332.074		342.706
Aluguéis		(568)	11	509
Remuneração de capital próprio				
Participações dos não controladores				7
		275.212	(538)	459.857
Prejuízo do exercício		(58.128)	(1.065)	(58.121)
		217.084	(1.603)	401.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
		Não auditado		
Resultado líquido do exercício		(58.128)	(1.065)	(58.121)
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		1.238		1.238
		1.238		1.238
Resultado abrangente do exercício		(56.890)	(1.065)	(56.883)
Atribuível aos acionistas controladores		(56.890)	(1.065)	(58.128)
Atribuível aos acionistas não controladores				7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
		Não auditado		
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	17	34	69	25.647
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7			1.676
Outros tributos a recolher	7	6.672	95	23.323
Dividendos	18			1
Empréstimos e financiamentos	21	12.308		23.830
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.1.3	97.269		97.269
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11			6.361
Encargos Setoriais	22			7.151
Provisões	24			4.391
Outras contas a pagar	10	957		6.604
Total do Passivo Circulante		117.240	164	196.253
Não circulante				
PIS e COFINS diferidos	8			127.810
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8			301.774
Debêntures	20	793.075		793.075
Empréstimos e financiamentos	21	1.091.734		1.166.037
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.1.3	157.815		157.815
Benefícios pós-emprego	23			413
Encargos Setoriais	22			1.353
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.3		3.400	
Provisões	24			7.131
Outras contas a pagar	10	2.264	11	5.785
Total do Passivo Não circulante		2.044.888	3.411	2.561.193
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	25.1	244.710	10	244.710
Outros resultados abrangentes		1.238		1.238
Prejuízos acumulados		(59.203)	(1.075)	(59.203)
Total do Patrimônio líquido		186.745	(1.065)	186.745
Participações não controladores				
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		186.745	(1.065)	186.768
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.348.873	2.510	2.944.214

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
		Não auditado		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(121.563)	(1.614)	(69.911)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos				52
Remuneração do ativo financeiro indenizável				(221.773)
Depreciações e amortizações		586		47.066
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		24		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(2.349)		6.864
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		312		321
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				119
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				2.012
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				(92)
Resultado de participações societárias		(137.032)		
(Ganhos) Perdas com investimentos		50		50
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária				22
Instrumentos financeiros derivativos		255.084		255.084
Outros		(4.888)	(1.614)	(1.062)
		(4.888)	(1.614)	18.752
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias				(4.593)
Ativos da concessão				146.484
Outros tributos compensáveis		(1.678)		(5.497)
Estoques				(1.260)
Cauções e depósitos vinculados				(25)
Outros ativos operacionais		(1.618)		(7.694)
		(3.296)		127.415
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores		(35)		13.451
Outros tributos a recolher		6.577		9.186
Encargos setoriais				4.064
Provisões				(509)
Outros passivos operacionais		151		8.524
		6.693		34.716
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(1.491)	(1.614)	180.883
Imposto de renda e contribuição social pagos				(12.010)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.491)	(1.614)	168.873
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento		(2.113.856)		
Adições aos Ativos da concessão				(98.022)
Adições ao Imobilizado e Intangível				(481)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos adquiridos				(1.919.508)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.113.856)		(2.018.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Cauções e depósitos vinculados				3.349
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		241.300		241.300
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos				(35.246)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.899.466		1.899.466
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos				(9.850)
Pagamentos de encargos de dívidas				(8.466)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(770)		(874)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	33.1	2.139.996		2.089.679
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		24.649	(1.614)	240.541
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		26.586	1.937	242.478
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.937	3.551	1.937
		24.649	(1.614)	240.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Nota	Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados		Total Controladora		Total Não Controladores	Total Consolidado
		2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Saldo em 31 de dezembro de 2020									

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Companhia ou Santa Leopoldina), é sociedade anônima de capital fechado, Controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Serra, Estado do Espírito Santo, foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 e tem como objeto social: (i) as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração de projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (v) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil e/ou no exterior; e (vi) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2022, 99,9989% das ações da EDP Transmissão Goiás. (Controlada ou EDP Goiás), concessionária de serviço público de energia elétrica, anteriormente denominada CELG Transmissão S.A. ("Celg - T") alterada em 17 de março de 2022, conforme aprovação em Assembleia Geral, com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás, foi constituída em 26 de dezembro de 2005, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Controlada tem como objeto social a exploração técnica e comercial de instalações de transmissão, que lhe foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos. (Nota 4.2).

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de janeiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil S.A. divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante, atualizado nesta data-base, de R\$2.113.690.

A Controlada possui um portfólio de 755,5 km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 223,0 milhões (ciclo 2021/2022).

Os três contratos de concessão (Nota 2) da Controlada, e suas datas de vigência são: (i) Contrato de Concessão nº63/2001, de 1º de janeiro de 2013 até 1º de janeiro de 2043; (ii) Contrato de Concessão nº03/2015, de 6 de março de 2015 até 6 de março de 2045; e (iii) Contrato de concessão nº04/2016, de 20 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2046. Os três contratos podem ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

A Controlada encontra-se em fase de operação, conforme contrato de concessão.

1.1 Alteração na denominação social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi deliberada a alteração da denominação da Controlada, conforme relacionado abaixo:

Denominação antiga	Denominação atual	Data de Alteração
CELG Transmissão S.A. - CELG - T	EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	AGE - 17/03/2022

2 Controlada - Concessão de Transmissão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão de energia estabelecem regras claras a respeito de regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, define penalidades para os casos em que a fiscalização da ANEEL constatar irregularidades.

O serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). Conforme a Resolução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2004, a RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230kV e tensão inferior menor de que 230kV.

A ANEEL, por meio de delegação do Poder Concedente, realiza as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como firma os respectivos contratos de concessão da transmissão. Após a assinatura dos contratos inicia-se a fase de gestão contratual, na qual são realizados serviços, tais como: análise e aprovação da conformidade dos projetos básicos, análise por enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e Declarações de Utilidade Pública (DUP).

Em 31 de dezembro de 2022 a Controlada da Companhia possui o direito de explorar as concessões de transmissão, com as seguintes características:

Empresas	Extensão	Modalidade	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	nº Contrato
EDP Transmissão Goiás	744 km	Serviço Público	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	063/2001
EDP Transmissão Goiás	11 km	Serviço Público	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	003/2015
EDP Transmissão Goiás	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	004/2016

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 32.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua Controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua Controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Ativos da Concessão (Nota 13); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 24.1); Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 32.1.3); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 32.1.2.1); Propriedades para investimentos (Nota 19) e Combinação de negócios (Nota 14.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua Controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua Controlada (Nota 14).

A Companhia controla a EDP Goiás e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua Controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua Controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua Controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da Controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de transmissão de energia elétrica. Tal segmento concentrou em 2022 100% da receita operacional bruta consolidada.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua Controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua Controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Captações de recursos

Durante o exercício de 2022, a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional					
Debêntures - 1ª Emissão	fev/22	jan/24	700.000	CDI + 1,52% a.a.	(i) Compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) Capital de Giro da Emissora
Total em moeda nacional			700.000		
Em moeda estrangeira					
4131 Scotiabank - SWAP	jan/22	jan/24	150.000 USD	USD + 1,6175%	(i) Compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
4131 ITAU - SWAP	fev/22	jan/24	64.941 USD	USD + 2,933%	(i) Compra de ações de emissão da EDP Goiás (ii) capital de giro da Emissora
Total em moeda estrangeira			214.941 USD		

Para maiores informações, vide nota 20.

4.2 Conclusão de investimento na Controlada EDP Goiás pela controladora direta EDP - Energias do Brasil

Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil, divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante atualizado de R\$2.113.690. Com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

Com a conclusão da aquisição da EDP Goiás, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente, para mais detalhes vide nota 14.1.

4.3 Aquisição adicional de ações da Controlada EDP Goiás

Em dezembro de 2022, a Companhia adquiriu ações da Controlada EDP Goiás. Foram adquiridas, ao todo, 16.077 ações ordinárias pelo preço de R\$10,30 cada, totalizando o montante de R\$166. Dessa forma, a Companhia passou a deter 329.720.499 ações, que representam 99,9989% do capital social total da Controlada.

4.4 Transmissão - Reajuste tarifário

Os Contratos de Concessão estabelecem que a Controlada, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A RAP, de acordo com o contrato de concessão na EDP Goiás, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingresso de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 11,73% de reajuste para a Companhia. Nesta mesma REH, foram incorporados os efeitos de incremento e ajustes de RAP previstos no Despacho - DSP nº 1.425, que decidiu sobre os pedidos de reconsideração interpostos pela Companhia, em face da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, que aprovou a RAP do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

	RAP 2022 REH nº 3.067	RAP 2021 REH nº 2.895	RAP 2021 REH nº 2.959
EDP Goiás	289.005	222.106	241.498
	289.005	222.106	241.498

4.5 Medidas da ANEEL para regulação de transmissão de energia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.044 de 30 de setembro de 2022	A REN nº 1.044/2022, estabelece os procedimentos para compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica e revoga as Resoluções Normativas nº 375/2009 e nº 797/2017.	A REN nº 1.044/22 entrou em vigor em 1º de novembro de 2022.
Portaria Normativa nº 1.562 em 22 de setembro de 2022	O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Controlada EDP Goiás.	A Portaria Normativa nº 1.562/22 entrou em vigor na data da publicação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	51	136	51	136
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	1.801	26.535	1.801
Total	26.586	1.937	26.586	242.478

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.



NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia e de sua Controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 32.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxa de 99,00% do CDI da Companhia e, da Controlada, a taxas que variam entre 92,00% a 102,50% do CDI.

6 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 no consolidado de R\$30.687, refere-se, substancialmente ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. (Nota 4.4). Os saldos são totalmente vinculados e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Controlada. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora				Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021 Não auditado	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Aquisição de empresas	
Ativos compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	-	2	2
Total Circulante	-	-	-	2	2
Outros tributos compensáveis					
IRRF sobre aplicações financeiras	-	1.675	-	-	1.675
IRRF sobre juros s/ capital próprio	-	10.794	-	-	10.794
Total Circulante	-	12.469	-	-	12.469
Passivos a recolher					
Outros tributos a recolher					
ICMS	-	124	(124)	-	-
PIS e COFINS	-	7.119	(449)	-	6.670
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	95	349	(442)	-	2
Outros	-	49	(49)	-	-
Total Circulante	95	7.641	(1.064)	-	6.672

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021 Não auditado	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Aquisição de empresas	
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	-	11.570	2 (11.570)	2
Total Circulante	-	-	-	11.570	2 (11.570)	2
Outros tributos compensáveis						
PIS e COFINS	-	709	-	-	(657)	52
IRRF sobre aplicações financeiras	-	4.407	-	-	2.040	6.447
IRRF sobre juros s/ capital próprio	-	10.794	-	-	-	10.794
IR/CS retidos sobre faturamento	-	66	-	-	182 (46)	202
Outros	-	312	-	-	2.043 (2.344)	11
Total Circulante	-	16.288	-	-	2.225 (1.007)	17.506
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	10.599	-	(440)	3.437 (11.920)	1.676
Total Circulante	-	10.599	-	(440)	3.437 (11.920)	1.676
Outros tributos a recolher						
ICMS	-	5.825	-	(4.925)	-	900
PIS e COFINS	-	32.813	-	(24.597)	1.992 (657)	9.551
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	95	2.180	-	(1.221)	-	1.054
IRRF sobre juros s/ capital próprio	-	10.794	-	-	-	10.794
Encargos com pessoal	-	11.931	22	(12.705)	1.776	1.024
Outros	-	49	-	(522)	473	-
Total Circulante	95	63.592	22	(43.970)	4.241 (657)	23.323

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Controlada, conforme publicação do Diário Oficial de 20 de dezembro de 2022, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI as obras de reforços das subestações Xavantes (Ato declaratório executivo 122/2022) e Pirineus (Ato Declaratório Executivo 123/2022). O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8 Tributos diferidos

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Total
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
			Não auditado
Imposto de renda e contribuição social	8.2	63.984	549
Total		63.984	549

PIS e COFINS

Imposto de renda e contribuição social Total

Nota	Consolidado	
	Ativo	Passivo
	31/12/2022	31/12/2021
		Não auditado
8.1		127.810
8.2	63.984	301.774
	63.984	429.584

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Controladora		Resultado		2021
	Ativo Não circulante 31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2021	2022	2021	
					Não auditado
Prejuízos Fiscais	12.426	404		12.022	404
Base negativa da contribuição social	4.473	145		4.328	145
	16.899	549	-	16.350	549
Diferenças Temporárias					
Instrumentos financeiros - CPC 39	47.041	-		47.041	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.240	-	1.196	44	-
Total Diferenças Temporárias	48.281	-	1.196	47.085	-
Total bruto	65.180	549	1.196	63.435	549
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.196)	-	(1.196)	-	-
Total	63.984	549	-	-	-

Natureza dos créditos	Controladora		Resultado		2021	Patrimônio líquido 31/12/2022
	Ativo Não circulante 31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2021	2022	2021		
						Não auditado
Prejuízos Fiscais	12.426	404		12.022	404	
Base negativa da contribuição social	4.473	145		4.328	145	
	16.899	549	-	16.350	549	
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	109	-	(638)	-	-	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.679	-	429	-	-	
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)	-	-	17.456	3.749	-	
Atualização dos ativos da concessão	-	-	330.597	(49.238)	-	
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	42.793	-	-	6.090	-	
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	47.041	-	-	47.041	-	
Benefícios pós-emprego - PSAP	65	-	-	-	66	
Licenças ambientais	992	-	(773)	-	-	
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.495	-	1.470	24	-	
Outras	660	-	(645)	-	-	
Total Diferenças Temporárias	94.834	-	349.523	6.039	-	66
Total bruto	111.733	549	349.523	22.389	549	66
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(47.749)	-	(47.749)	-	-	-
Total	63.984	549	301.774	-	-	-

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia e da Controlada elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, A Companhia e a Controlada estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora						Total Não circulante
2023	2024	2025	2026	2027		
26.556	3.308	9.656	9.656	16.004		65.180
Consolidado						Total Não circulante
2023	2024	2025	2026	2027		
36.193	12.945	19.293	18.477	24.825		111.733

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a receber da Controlada (Nota 18), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controlada, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relacionamento	Duração	Controladora	
		Ativo	Passivo
		31/12/2022	31/12/2021
			Não auditado
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.3)			
EDP - Energias do Brasil	Controladora 25/11/2021 a indeterminado	-	3.400
Outros créditos e outras contas a pagar			
Reembolso de gastos com Leilão			
EDP - Energias do Brasil	Controladora 01/12/2021 a indeterminado	-	11
		50	26
		-	11
			3.411

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
			Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2022	Operacionais 2022		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.3)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	25/11/2021 a indeterminado	-	-	-	3.400	-	-
						3.400		
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)								
Uso do sistema de transmissão								
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/12/2019 a 17/07/2025	181	-	-	-	1.465	-
EDP São Paulo	Controle Comum	23/12/2019 a 23/11/2028	289	-	-	-	1.924	-
Enerpeixe	Controle Comum	01/03/2006 a 30/11/2036	17	-	-	-	176	-
Lajeado	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	23	-	-	-	238	-
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	-	-	-	-	3	-
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/11/2014 a 31/12/2048	7	-	-	-	73	-
São Manoel	Controle Comum	01/11/2017 a 30/04/2049	46	-	-	-	375	-
Porto do Pecém	Controle Comum	01/01/2013 a 31/07/2043	18	-	-	-	257	-
CEJA	Controle Comum	01/04/2013 a 31/12/2044	11	-	-	-	115	-
			592	-	-	-	4.626	-
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/02/2022 a 31/12/2026	-	-	9	-	(159)	-
EDP São Paulo	Controle Comum	01/02/2022 a 31/12/2022	-	-	17	-	(22)	-
Compartilhamento de BackOffice (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/02/2022 a 31/12/2023	-	-	39	-	702	-
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2022	-	-	11	-	1.810	-
Reembolso de gastos com Leilão								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/12/2021 a indeterminado	-	50	26	11	-	2.331
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)								
Contrato de prestação de serviços (d)								
Porto do Pecém	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	117	-	-	-	117	-
Investco	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	553	-	-	-	553	-
CEJA	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348	-	-	-	348	-
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348	-	-	-	348	-
Enerpeixe	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	344	-	-	-	344	-
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	32	-	-	-	32	-
São Manoel	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	340	-	-	-	340	-
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	347	-	-	-	347	-
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	372	-	-	-	371	-
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	306	-	-	-	306	-
Mata Grande Transmissora	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	50	-	-	-	50	-
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47	-	-	-	48	-
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47	-	-	-	48	-
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47	-	-	-	48	-
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47	-	-	-	48	-
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023						

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (***), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas foram excluídas do compartilhamento. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (***), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da Controlada EDP Goiás como parte dos contratos. Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas Controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021, desde janeiro de 2022 estão excluídas tais empresas do compartilhamento, cujo critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399. Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (**) como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anuído previamente pela ANEEL, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(d) Contratos de Prestação de serviços

Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Trading.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 1º de junho de 2024.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, conseqüentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta Controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	Diretoria Estatutária 2022	2021
	Não auditado	
Remuneração	687	2.490
Benefícios	45	
Total	777	2.490

9.3 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.400
AFACs realizados no exercício - EDP Energias do Brasil	241.300
Aumento de Capital social (Nota 25.1)	(244.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Nota	Controladora			Consolidado	
	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2022	31/12/2021	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2022
	Não auditado				
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos				1.851	
Dispêndios a reembolsar				1.638	
Bens destinados à alienação/desativação	10.2	1.618		746	
Serviços em curso				90	
Serviços prestados a terceiros				3	
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR				663	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			3.386	50
Outros				2.651	283
Total	1.618	-	-	11.028	333
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9		11		26
Arrendamentos e aluguéis	10.1	795	2.264	1.031	2.721
Parcela de ajuste	10.3			1.295	2.420
Outros		162		4.278	618
Total	957	2.264	11	6.604	5.785

10.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia e sua Controlada efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Transferências	AVP	
	Não auditado					
Edifícios	-	795	(770)		770	795
Total Circulante	-	795	(770)		770	795
Edifícios	-	2.722		(770)	312	2.264
Total Não circulante	-	2.722		(770)	312	2.264
	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Transferências	AVP	
	Não auditado					
Edifícios	-	870	(830)		830	870
Equipamentos de informática	-	90	(44)		115	161
Total Circulante	-	960	(874)		945	1.031
Edifícios	-	3.162		(830)	312	2.644
Equipamentos de informática	-	201		(115)	(9)	77
Total Não circulante	-	3.363		(945)	303	2.721

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	795	10,79%	870	10,99%
Total Circulante	795		870	
2024	125	10,79%	137	10,99%
2025	705	10,79%	772	10,99%
2026	636	10,79%	696	10,99%
2027	574	10,79%	628	10,99%
2028	224	6,30%	273	8,75%
2029 até 2041			138	11,19%
Total Não circulante	2.264		2.644	
				77

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os exercícios previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	3.419	3.059	4.193	3.752
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(316)	(283)	(388)	(347)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 15).

10.2 Bens destinados à alienação

A redução refere-se, substancialmente, a baixa de materiais adquiridos para os projetos de reforço e melhoria da Controlada, sendo principalmente para o projeto em desenvolvimento de Cachoeira Dourada.

10.3 Parcela de ajuste

No consolidado, o saldo total de R\$3.715 Circulante e Não Circulante, refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada nos próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Controlada, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.4).

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS, da Controlada EDP Goiás.

12 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Aquisição de Empresas (Nota 14)	Adição	Atualização	Resgate	
	Não auditado					
Depósitos judiciais	-	525	25	6		556
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12.1	-	12.958	96	1.328 (3.445)	10.937
Outros cauções	-	-	765			765
Total	-	-	14.248	121	1.334 (3.445)	12.258
Circulante	-	-				9.614
Não circulante	-	-				2.644

12.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Referem-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Controlada tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo a 6 (seis) parcelas do serviço da dívida. Após análise da Controlada, foi realizado o resgate no montante de R\$2.065 para ajuste na estimativa das próximas parcelas.

13 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/22 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de comprometimento do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Controlada é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada do usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Controlada se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Controlada reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Controlada ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remuneração o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Controlada apresentadas na nota explicativa 26 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União. De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 32.2.3.

A movimentação da Controlada no exercício é a seguinte:

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (Notas 13.1, 26 e 27)	Remuneração (Nota 26)	Baixas	Aquisição de empresas de construção (Nota 14.1)		
	Não auditado						
Ativos da concessão	-	101.383	159.555 (161.415)	1.296.193	8.197	86.960	1.490.873
Circulante	-	101.383	159.555 (161.415)	1.296.193	8.197	86.960	1.490.873
Não circulante	-						206.919
							1.283.954

Do saldo total de R\$1.490.873: (i) R\$1.099.764 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R\$212.280 refere-se ao contrato 004/2016; (iii) R\$26.872 refere-se ao contrato 003/2015; e (iv) R\$151.957 refere-se aos novos investimos do contrato 063/2001.

13.1 Adições

Em 27 de fevereiro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 8.614 a ANEEL autorizou a Controlada a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, sobre o empreendimento SE Itapaci, para o qual no momento da autorização fora definida a RAP de R\$9.187, a ser corrigida anualmente pelo indexador IPCA.

13.2 Outros

Do montante de R\$95.933, R\$75.789 refere-se a RAP homologada por meio da REH nº 3.067. De acordo base nas regras de reajuste e revisão previstas nos contratos de concessão e na regulamentação setorial (PRORET), as quais estão sujeitas ao reajuste inflacionário. O montante são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente. Quando são homologados os novos valores de receita, a Controlada aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2022/23, o efeito inflacionário de 11,73% (Nota 4.4).

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na EDP Goiás, a qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

14.1 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T") pertencentes à companhia Celg de Participações - CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000.

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de janeiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante, atualizado nesta data-base, de R\$2.113.690.

A EDP Goiás (Nota 1.1) possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 223,0 milhões (ciclo 2021/2022). Esta transação reforça o ciclo de crescimento da EDP Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão, apresentado ao mercado em 26 de abril de 2021.

Os três contratos de concessão (Nota 2) da EDP Goiás, e suas datas de vigência são: (i) Contrato de Concessão nº63/2001, de 1º de janeiro de 2013 até 1º de janeiro de 2043; (ii) Contrato de Concessão nº03/2015, de 6 de março de 2015 até 6 de março de 2045; e (iii) Contrato de concessão nº04/2016, de 20 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2046. Os três contratos podem ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

O montante total pago na aquisição foi temporariamente contabilizado, na data de sua realização aos ativos e passivos assumidos como Direito de Concessão, assim como o ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, que será amortizado por seu prazo remanescente (Nota 16), nenhum valor residual foi alocado como *goodwill*.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos *inputs* e *outputs*, teste de concentração e substantivo.

O montante total pago na aquisição foi alocado provisoriamente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, não contendo valor residual alocado como *goodwill*. O laudo de aquisição foi elaborado por consultoria especializada e independente, com isso, a Administração da Companhia alocou de forma definitiva. Adicionalmente, a composição da alocação em 31 de dezembro de 2022, contempla a intenção da Administração da Companhia em efetuar a reestruturação societária envolvendo a Controlada EDP Goiás e Companhia, assim sendo, os tributos diferidos alocados temporariamente, foram revertidos em sua totalidade. O preço de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$2.113.690.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 24/03/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Debêntures
20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado			
											Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Total	
Moeda Nacional														
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	93.285	700.000	793.285	
(-) Custos de emissão											(404)			
Total geral											93.285	699.790	793.075	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima em 31 de dezembro de 2022 na controladora é de R\$793.285.

20.2 Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2021 Não auditado	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Custo de transação	-	-	-	(194)	194	-
Não circulante						
Principal	-	700.000				700.000
Juros	-		93.285			93.285
Custo de transação	-	(404)		194		(210)
	-	699.596	93.285	194	-	793.075

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
 - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
 - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
 - (iii) pedido de aut falência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
 - (iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
 - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
 - (vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
 - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

20.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado
	Não circulante
2024	793.075
Total	793.075

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda estrangeira	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora 31/12/2022				Total
											Encargos		Principal		
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
4131 Scotiabank	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	12.308			732.050	744.358
4131 Itaú	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap		8.593		351.091	359.684
Total											12.308	8.593	-	1.083.141	1.104.042

Moeda estrangeira	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado 31/12/2022				Total
											Encargos		Principal		
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
4131 Scotiabank	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	12.308			732.050	744.358
4131 Itaú	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap		8.593		351.091	359.684
											12.308	8.593	-	1.083.141	1.104.042

Moeda nacional	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado				Total
											Encargos		Principal		
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	379		4.853	33.037	38.269
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030								(45)	(323)	(368)
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32		411	2.808	3.251
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030								(7)	(50)	(57)
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53		674	4.607	5.334
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030								(10)	(73)	(83)
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	56		720	4.922	5.698
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030								(9)	(68)	(77)
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57		731	4.993	5.781
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030								(10)	(69)	(79)
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Amortização mensal do custo de transação	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	48		571	4.190	4.809
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031								(7)	(55)	(62)



NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.1.2 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$829. Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 45 colaboradores.

24 Provisões

	Consolidado	
	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2022
Provisões cíveis e outros	3.475	5.128
Licenças ambientais	916	2.003
Total	4.391	7.131

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

24.1 Provisões cíveis

A Controlada é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

24.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Consolidado						Saldo em 31/12/2022	Ativo Depósito Judicial 31/12/2022
		Passivo			Ativo				
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Baixas Pagamentos Reversões	Atualização monetária	Aquisição de empresas	Saldo em 31/12/2022		
Trabalhistas	24.1.1.1	-	4.246	(298)	(2.680)	490	2.937	4.695	465
Cíveis		-			(34)	17	102	85	
Fiscais	24.1.1.2	-			(406)	(75)	829	348	
Regulatórios	21.1.1.3	-		(211)		454	3.232	3.475	
Total		-	4.246	(509)	(3.120)	886	7.100	8.603	465
Circulante		-						3.475	-
Não circulante		-						5.128	465

24.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

24.1.1.2 Fiscais

Processos administrativos, os quais tratam de créditos não homologados pela Receita Federal, decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2016). Em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$348. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

24.1.1.3 Regulatórios

Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

24.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Consolidado			Saldo em 31/12/2022	Ativo Depósito Judicial 31/12/2022
		Passivo				
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Baixas Pagamentos Reversões		
Trabalhistas	24.1.2.1	-	4.755			6
Cíveis	24.1.2.2	-	8.000			
Fiscais	24.1.2.3	-	917			
Total		-	13.672			6

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

24.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

24.1.2.2 Cíveis

• Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações Ltda., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela Companhia. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 no consolidado, é de R\$ 4.253.

• Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.724.

24.1.2.3 Fiscais

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2022 é de R\$917. A Controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

24.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cíveis e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$85.

24.2 Licenças Ambientais

Na Controlada EDP Goiás, os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Controlada realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Controlada EDP Goiás, segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Controlada investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Controlada.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Consolidado				Reversão (Nota 24.2.1)	Saldo em 31/12/2022
		Adições	Aquisição de empresas		AVP		
			Transferências				
Licenças ambientais							
Circulante	-	962		5.195	(46)	(5.195)	916
Não circulante	-	2.503	5.195	(5.195)	(500)		2.003
Total	-	3.465	5.195	-	(546)	(5.195)	2.919

A reversão de R\$5.195 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais realizado pela Controlada.

24.2.2 Adições

As adições de R\$3.465, referem-se à estimativa de gastos com programas ambientais que ocorreram no exercício de 2022.

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$244.710 (R\$10 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2022, deliberou aumento de capital social no montante de R\$244.700, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas, integralizados totalmente pela acionista EDP - Energias do Brasil, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 9.3).

26 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua Controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua Controlada, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua Controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Transmissão

As receitas da Controlada representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 está entre de 5,13% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado da Controlada EDP Goiás. A referida margem é estimada pela Controlada levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Controlada e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL. Conforme o modelo praticado pela Controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Controlada está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 equivalem a 120,00% e 200,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Controlada EDP Goiás é de 9,15% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	Consolidado 2022
Receita de construção	13 e 26.1	120.751
Remuneração dos ativos da concessão	13	159.555
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		99.513
Parcela Variável - IPCA		75.789
Outras receitas operacionais	26.2	5.792
Receita operacional bruta		461.400
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		(42.650)
PIS/COFINS		(19)
ISS		(42.669)
Encargos do consumidor		(2.128)
P&D		(21.208)
CDE		(6.201)
Outros encargos		(29.537)
		(72.206)
		389.194

Receitas

26.1 Receita de construção da infraestrutura da Concessão

O aumento no exercício refere-se aos investimentos realizados pela Controlada no reforço autorizado pela ANEEL na subestação Itapaci.

26.2 Outras receitas operacionais

O montante, refere-se, substancialmente, dos serviços de Operação Remota, o qual foi anuído a compra através do Despacho 3.588 de 15 de dezembro de 2022 entre a Controlada e a Controlada em comum EDP Trading (Nota 9).

27 Custo de construção da infraestrutura da concessão da Controlada

	Nota	Consolidado 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias		49.184
Máquinas e equipamentos		27.956
Móveis e utensílios		1.361
Adiantamento a fornecedores		7.687
Gastos ambientais		2.919
Outros		12.335
	13	101.442

28 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua Controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da sua Controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Controladora 2022	
		Despesas operacionais	
		Gerais e administrativas	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.1	13	13
Material		323	323
Serviços de terceiros	28.2	1.071	1.071
Depreciação - Ativos de direito de uso		586	586
Arrendamentos e aluguéis		(568)	(568)
Outras		10	10
Total		1.435	1.435
	Nota	Controladora 2021	
		Não auditado	
		Gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros	28.2	1.600	1.600
Arrendamentos e aluguéis		11	11
Outras		3	3
Total		1.614	1.614

	Nota	Custo do serviço de energia elétrica				
		De operação	Prestado a terceiros		Despesas operacionais	
			Gerais e	Outras	administrativas	Outras
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.1	43.980			3.741	47.721
Material		1.901			323	2.224
Serviços de terceiros	28.2	7.330			7.838	15.168
Depreciação - Imobilizado em serviço					759	759
Depreciação - Ativos de direito de uso					641	641
Amortização		(3.822)			45.635	41.813
PECLD / perdas líquidas				285		285
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.126	1.126
Arrendamentos e aluguéis		673			(224)	449
Custo com construção da infraestrutura	27		101.383			101.383
Outras		1.274			1.093	6.295
Total		51.336	101.383	285	59.806	7.421 220.231

28.1 Pessoal e Administradores

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Pessoal		17.662
Remuneração		6.156
Encargos		259
Previdência privada - Corrente		7.864
Programa de demissão voluntária		7.544
Despesas rescisórias		2.709
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		4.148
Outros benefícios - Corrente	13	3
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial		144
Outros		46.489
Administradores		1.087
Honorários e encargos		145
Benefícios dos administradores		-
	13	47.721



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 24/03/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
	Não auditado		
Serviços de consultoria	580	1.575	2.974
Serviços de manutenção	(25)	16	4.335
Serviços ambientais	8		
Serviços de informática	427		2.094
Serviços de publicação e publicidade			1
Serviços de telecomunicações			646
Serviços de transporte			784
Serviços Compartilhados			(723)
Outros	81	9	5.057
Total	1.071	1.600	15.168

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
	Não auditado		
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias		9.961	33.444
Renda de aplicações financeiras e cauções			6
Depósitos judiciais			78.372
Variações em moeda estrangeira		(7.124)	(8.232)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras			242
Outras receitas financeiras			
Total	81.209	103.832	103.832
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	21.2	17.456	8.243
Debêntures	20.2	(93.479)	(93.479)
Operações de swap e hedge	32.1.3	(255.084)	(255.084)
Juros e variações monetárias			(22)
Juros e multa sobre tributos			(886)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			(128)
Benefícios pós-emprego		(312)	(303)
Arrendamentos e aluguéis		(655)	(1.047)
Outras despesas financeiras			(332.074)
Total	(250.865)	(238.874)	(238.874)

30 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
	Não auditado		
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(121.563)	(1.614)	(69.911)
Alíquota	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	41.331	549	23.770
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			(47)
Doações			
Resultados de equivalência patrimonial	46.591		24.466
Juros sobre o capital próprio			(36.423)
Outras	(24.487)		
Outros			30
Incentivos fiscais			(6)
Outras			
Despesa de IRPJ e CSLL	63.435	549	11.790
Alíquota Efetiva	52%	34%	17%

31 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. A Companhia e sua Controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
	Não auditado	
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(58.121)	(1.065)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	10	10
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(5.813)	(107)

32 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua Controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua Controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

32.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

32.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Controladora				Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Não auditado							
Ativos financeiros								
Valor justo por meio do resultado								
No reconhecimento inicial ou subsequentemente								
Caixa e equivalentes de caixa								
Aplicações financeiras	5	Nível 2	26.535	26.535	-	241.286	-	241.286
Custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa								
Bancos conta movimento		Nível 2	51	1.937	51	1.937	1.192	1.937
Disponibilidade da rede elétrica		6 Nível 2				30.687		30.687
Cauções		12 Nível 2				11.702		11.702
Outros créditos - Partes relacionadas		9 Nível 2				3.436		3.436
Total			26.586	1.937	26.586	1.937	288.303	1.937

	Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Não auditado									
Passivos Financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequentemente										
Empréstimos e financiamentos		21								
Moeda estrangeira		Nível 2	1.104.042	1.104.042			1.104.042	1.104.042		
Derivativos de vívidas		Nível 2	255.084	255.084			255.084	255.084		
Total			1.359.126	1.359.126			1.359.126	1.359.126		
Custo amortizado										
Fornecedores		17 Nível 2	34	69	34	69	25.647	69	25.647	69
Debêntures		20 Nível 2	794.630	793.075			794.630		793.075	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		9 Nível 2		11		11	26	11	26	11
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	3.933	3.059			5.223		3.752	
Licenças ambientais		24.2 Nível 2					3.143		2.919	
Total			798.597	80 796.168	80	828.669	80 825.419	80	825.419	80
Total			2.157.723	80 2.155.294	80	2.187.795	80 2.184.545	80	2.184.545	80

32.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua Controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e sua Controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e sua Controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e sua Controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e sua Controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

32.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua Controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

32.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua Controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da Controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua Controlada que apresentem saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor empréstimos, das licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(v) Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo: apresenta seu valor reconhecido inicialmente pelo valor justo estimado levando em consideração as cotações de preços publicados de mercados ativos, quando aplicáveis e observáveis, bem como nas técnicas de avaliação que levam em consideração os preços estabelecidos nas operações de compra e venda, margem de risco do fornecimento e o preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A Companhia utiliza a curva forward apresentada pela Dcide (Companhia referência do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), para avaliação do valor de mercado de seu portfólio.

32.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da Controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

32.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

Em 14 de janeiro de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 16 de janeiro de 2024.

Em 1º de fevereiro de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio do seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Itaú, que tem vigência até 16 de janeiro de 2024.

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos contratados pela Companhia:

Contraparte	Vigência	Posição	Nocional BRL	31/12/2022		2022	
				Ativo	Passivo		Valor Justo Líquido
Itaú BBA	01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	350.000	337.717	(396.860)	(59.143)	(59.143)
Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo	14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a.	849.870	766.325	(962.266)	(195.941)	(195.941)
Total				1.104.042	(1.359.126)	(255.084)	(255.084)
Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:							
				Efeito no Resultado			
				Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2022	
				Não auditado			
Swap (*)							
Risco de taxa de juros e moeda							
Empréstimos					255.084		255.084
					255.084		255.084



NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

33.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Constituição de dividendos e JSCP a receber	29.128	
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		1
Aumento de capital com integralização de AFAC	3.400	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	47	94
Total	32.575	95

34 Compromissos contratuais e Garantias
34.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua Controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Controladora 31/12/2022					31/12/2021 Não auditado Total geral
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Obrigações de compra					183	4.846
Materiais e serviços	95	88				
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	120.983	4.697			125.680	-
	121.078	4.785			125.863	4.846
	Consolidado 31/12/2022					31/12/2021 Não auditado Total geral
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais	126	157			283	-
Obrigações de compra					604	-
Encargos de conexão e Transporte de Energia	166	245	193			
Materiais e serviços	104.218	22.737	4.857	2.477	134.289	4.846
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	129.109	14.758	6.117	3.220	153.204	-
	233.619	37.897	11.167	5.697	288.380	4.846

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora 31/12/2022					31/12/2021 Não auditado Total geral
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Obrigações de compra					182	4.792
Materiais e serviços	91	91				
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	162.566	6.921			169.487	-
	162.657	7.012			169.669	4.792

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos - Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.
Serra - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Combinação de negócios (Consulte as notas explicativas 4.2 e 14.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia concluiu em 07 de fevereiro de 2022 o processo de aquisição do controle da EDP Transmissão Goiás S.A. (nova denominação da Celg Transmissão S.A.), empresa que atua no segmento de transmissão de energia. Esta transação representou uma aquisição de negócios (business combination) e foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração da Mais Valia registrada como Intangível - Direito de Concessão. Tais procedimentos envolvem, um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam determinadas estimativas de valores justos baseadas em premissas relacionadas ao desempenho futuro do negócio adquirido que estão sujeitas a um elevado grau de incerteza. Face ao exposto, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas, com o objetivo de obter as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle (condições precedentes obtidas). Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (i) analisamos a metodologia utilizada para a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, (ii) avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e dos cálculos efetuados, confrontando com dados históricos e informações de mercado, e (iii) efetuamos o recálculo da determinação da mais valia apurada na operação com base nas premissas utilizadas pela Companhia. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados com a aquisição EDP Transmissão Goiás S.A., bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

	Consolidado 31/12/2022					31/12/2021 Não auditado Total geral
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais	122	167			289	-
Obrigações de compra					661	-
Encargos de conexão e Transporte de Energia	160	263	238			
Materiais e serviços	100.614	24.278	5.883	4.299	135.074	4.792
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	170.493	20.102	9.602	5.960	206.157	-
	271.389	44.810	15.723	10.259	342.181	4.792

34.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado 31/12/2021 Não auditado
		31/12/2022	31/12/2021	
Executante construtor	Seguro garantia	12.020		10.977
Os valores em garantia referente às Debêntures (Nota 20) e aos Empréstimos e Financiamentos (Nota 21), estão demonstrados em suas respectivas notas.				

35 Cobertura de seguros

A Companhia e sua Controlada EDP Goiás, mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Limite máximo de indenização	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações			380.035	100.000
Responsabilidade civil				50.000
Transportes (veículos)				360.000
Seguro de vida	(*)	(*)	24.824	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua Controlada EDP Goiás, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

36 Eventos subsequentes

36.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2



147 BALANCO EDP PEQ CENTRAL 24-03-23.pdf

Código do documento: 147



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

24 mar. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 147

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-03-23T21:01:00-0300

24 mar. 2023, 00:02:39 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-03-23T21:02:39-0300

24 mar. 2023, 00:03:05 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-03-23T21:03:05-0300

Hash do documento original

[SHA256]: a90d413331f4fc2037f58b59122343cbc60a5bebd7d90f8a9fb6a2d90778d885

[SHA512]: cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB